

DEMOCRATIZAÇÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA NA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE SOBRE O MCCI (2016- 2020)¹

Teodor Miquenorre Miguel Mentesse Sá²

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade compreender a atuação dos movimentos sociais no processo de construção da sociedade democrática na Guiné-Bissau, em especial, o Movimento dos Cidadãos Conscientes e Inconformados (MCCI) durante a crise política institucional e social entre os anos 2016 e 2020. Para isso foi necessário examinar o estado da democracia frente à violência política e ao processo de restrição de participação política e de liberdade à esfera civil no espaço público, bem como analisar o papel do ativismo nos movimentos sociais na dinâmica da participação política perante o processo da construção da democracia na Guiné-Bissau. Através da revisão bibliográfica, análise documental e de dados do MCCI, conclui-se que persiste um desafio enorme ao projeto da construção da democracia guineense. E que os caminhos para aprimoramento do sistema político passa necessariamente pela mobilização e engajamento por meio de uma cidadania democrática para fazer frente aos fenômenos antidemocráticos em curso na sociedade guineense.

Palavras-chave: democracia – Guiné-Bissau; representação política; participação política; Movimento dos Cidadãos Conscientes e Inconformados.

ABSTRACT

This article aims to understand the role of social movements in the process of building democratic society in Guinea-Bissau, especially the Movement of Conscious and Nonconforming Citizens (MCCI) during the institutional and social political crisis between the years 2016 and 2020. For this, it was necessary to examine the state of democracy in the face of political violence and the process of restriction of institutional participation and freedom of society in the face of public space, as well as to analyze the role of the activism of social movements in the dynamics of political participation in the process of construction of the democratic state of law in Guinea-Bissau in recent years. Through the bibliographic review and documentary and data analysis of the MCCI, it is concluded that an enormous challenge persists to the project of building Guinean democracy, and that the ways to improve the political system necessarily pass through the mobilization and engagement before a democratic citizenship to face the anti-democratic phenomena underway in Guinean society.

Keywords: democracy – Guinea-Bissau; political representation; political participation; Movement of Conscious and Nonconformist Citizens.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação do Prof. Dr. Cláudio André de Souza.

² Graduando em Ciências Sociais e Bacharel em Humanidades pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

A insatisfação com o sistema político institucional contemporâneo e ações coletivas dos movimentos sociais são fenômenos recorrentes em várias partes do mundo. Ao olharmos para o continente africano, em específico na Guiné-Bissau, os últimos anos têm sido marcados pelas intensas manifestações públicas (Bussotti; Mutzenberg, 2016), que incluem passeatas, marchas, protestos protagonizados pelos atores da sociedade civil. O presente artigo tem por finalidade apresentar e discutir sobre atuação dos movimentos sociais no processo de construção da democracia na Guiné-Bissau, objetivando analisar ações coletivas do Movimento dos Cidadãos Conscientes e Inconformados (MCCI) durante a crise política institucional e social entre os anos 2016-2020.

A Guiné-Bissau é uma nação localizada na costa ocidental do continente africano. Um pequeno país com uma dimensão territorial de 36.125 km², e uma população estimada de 2.000.000 de habitantes³, espalhadas por 8 regiões administrativas e 37 setores, incluindo a capital- Setor autônomo Bissau. Dentre esses números de habitantes, a grande maioria da população vive nas zonas rurais do país. A capital guineense representa um setor autônomo (Setor Autónomo de Bissau-SAB) centro das ações política e administrativa do Estado.

Trata-se de um país com uma história de construção da sociedade democrática muito recente, no final do século XX, no período após a conquista da independência em 1973. Ao contrário das muitas análises, que partem de consideração de que a democracia na Guiné-Bissau é oficialmente a partir da “abertura democrática” dos anos 90⁴, com as eleições multipartidárias de 1994. A independência, sem dúvida, representa um passo fundamental para construção da nação independente e democratização (Kabengele Munanga)⁵.

A luta e conquista da independência contra o regime colonial portuguesa, foi um fato importante para a história e fundamentalmente importante para a criação de condições institucionais e políticas para a convivência democrática no país (Furtado, 1998 *apud* Costa, 2022). O período de abertura democrática ela não só é importante para os partidos. Elas também serviram para abertura do espaço público para emergência de diversas formas de organizações, não institucionais da esfera civil guineense (Barros, 2012; Teixeira, 2016; Semedo, 2020; Djaló, 2020).

³ Segundos as projeções do Instituto Nacional Estatística do país. Link de acesso: [Página Inicial - Instituto Nacional de Estatística da Guine-Bissau \(stat-guinebissau.com\)](http://pagina.inicial-instituto-nacional-de-estatistica-da-guine-bissau.com)

⁴ A abertura democrática foi um marco importante na história da democracia no país por se tratar de um processo da passagem de monopartidarismo para multipartidarismo no país.

⁵ Posição apontada pelo Dr. Kabengele Munanga, no prefácio do livro de Manuel Jauará.

A IX legislatura, período marcado de 2014 a 2019, ficou registada na história da democratização guineense, em que o país entra numa crise política institucional, que paralisou toda a legislatura. Uma crise que sob ponto de vista analítico pode ser percebida aquando da crise interna no partido PAIGC, conforme defende Vavito André da Costa (2022) e a crise de relacionamento que tem como centralidade entre atores representantes nas instituições⁶. A crise ficou assim caracterizada e sustentada pelo confronto político e de abuso no poder de cada uma das partes.

Essa conjuntura, teve como resultado a emergência de vários movimentos sociais. De acordo com o Semedo (2020) “a paralisia institucional gerou assim um acirrado debate político-partidário e extraparlamentar, suscitando o surgimento e questionamento dos movimentos ativistas sobre o estado da democracia na Guiné-Bissau” (Semedo, 2020, p. 26). É nesse sentido que os estudos sobre movimentos sociais constituem, um campo importante de pesquisa, nomeadamente nas ciências sociais, para compreender e explicar comportamentos dos indivíduos face à política, isto é, Conforme Gohn (2011), para dar conta do que está acontecendo na sociedade em relação a emergência de novos sujeitos no campo das lutas sociais na arena política democrática.

A necessidade de compreensão sobre ações coletivas e movimentos sociais nos coloca diante dos seguintes questionamentos: Qual é a natureza e quais os objetivos de tais movimentos? Contra quem ou contra o quê eles manifestam? (Bussotti; Mutzenberg, 2016). Fazendo o recorte para o nosso estudo, pode-se falar de movimentos sociais na Guiné-Bissau? O movimento de cidadãos conscientes e inconformados- MCCI pode ser considerado como um movimento social ou são ações coletivas dos grupos particulares para causas de seus interesses?

O estudo é fundamental para compreender o estado da democracia na Guiné-Bissau, marcada por num contexto de restrição, repressão e violência frente às práticas de participação política. As produções recentes sobre a participação política da esfera civil de Miguel de Barros (2012), Ricardino Dumas Teixeira (2016), e em especial sobre o MCCI de Rui Jorge Semedo (2020) e Lula Mário Cumba (2021), têm contribuído bastante na contramão dos estudos direcionados para instituições. Entretanto, este estudo, em diálogo com as pesquisas acima referenciadas, levanta e toma como centralidade elementos fundamentais no debate e discussão analítica sobre a participação política da esfera civil na sociedade guineense (Barros, 2012) (Teixeira); processos da construção da cidadania como categoria para uma sociedade melhor (Manzini-Cequier, 2010) partindo das ações discursivos como estratégias políticas dentro da

⁶ Presidente José Mário Vaz, com Domingos Simões Pereira- chefe do executivo e com Cipriano Cassama- presidente de Assembleia Nacional Popular. Ambos todos do mesmo partido (PAIGC).

compreensão sobre os projetos políticos em disputa (Dagnino (2006) na esfera pública na perspectiva habermasiana (Reese-Schafer, 2017).

O texto é dividido por cinco (5) partes. Além da introdução sobre o tema, a segunda discorre teoricamente sobre democracias e seus pressupostos básicos- representação e participação política; na sequência, a terceira parte discute processos da construção da democracia na sociedade guineense, partindo da relação Estado e Sociedade civil; e em seguida a quarta parte abre discussão sobre a relação MCCI e projetos político democrático-participativo durante a crise política institucional da IX-legislatura. Por fim, a última parte que são reservadas para “as considerações finais”, em que se avaliam as possibilidades, desafios e limites de exercício da cidadania no processo de construção do Estado Democrático de Direito na Guiné-Bissau.

2 DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E MOVIMENTOS SOCIAIS: UM DEBATE TEÓRICO

Em sua definição clássica a democracia significa governo de povo. Onde DEMOS, significa povo, e KRATOS significa governo ou poder, isto é, governo composto pelo povo e governa para o povo (Dantas, 2021). Para Vera Alice Cardozo (2018) elemento comum no significado da democracia: criação e instituição de autoridade política, em que “[...] a legitimidade deriva na participação do governado no governo, tanto no momento da seleção do governante, como na avaliação de seu desempenho no exercício do poder político” (Cardozo, 2018, p. 50).

Clóvis Gorczewski e Nuria Beloso Martín (2018), partem reconhecimento, em diálogo com Devido Held (2007), sobre diversidade e modelos de forma de governo e de sistema de decisão política na democracia, mas destacam três das características principais: representação, direta e deliberação (Gorczewski; Martín, 2018). Segundo os autores essas são os modelos mais significativos nas democracias contemporâneas, que pode ser compreendida a partir de uma perspectiva sintética: as decisões são tomadas pelos representantes eleitos- sistemas de representação política; em segundo, no que se refere a democracia direta, predominam processos de negociações políticas; e por último, a perspectiva deliberativa da democracia, existem âmbitos de decisões que ficam fora do jogo político institucionais (Gorczewski; Martín, 2018).

A representação política constitui formas adotadas no sistema de constituição do governo (governo representativo), dada à impossibilidade de todos governarem. Segundo os autores e em concordância com Robert Dahl (2015), a representação aparece como forma por excelência na democracia, por ser o mais adequado para governar a complexa sociedade moderna (Gorczewski; Martín, 2018). A representação é importante, conforme Hanna Pitkin (2006),

a representação não apenas torna possível uma grande república, mas é também um meio de trazer conflitos sociais perigosos para um fórum central único, no qual podem ser controlados e tornados inofensivos pelo equilíbrio. Que acontece apenas se cada representante busca de fato os interesses dos seus eleitores. (Pitkin, 2006, p. 37).

Bernard Manin, (2013), em “democracia do público reconsiderada”, vai apontar que

[...] o governo representativo não foi inventado como um sistema em que os representantes, uma vez eleitos, substituiriam inteiramente os representados até a eleição seguinte. Os cidadãos, entendia-se, reteriam o direito de fazer suas vozes ou queixas ouvidas a qualquer momento (Manin, 2013, p. 126-127)

De modo sintético, o que se pode perceber, é que a representação é importante e necessária, mas insuficiente, conforme justifica Iris Young (2006). De acordo com a autora, no processo de representação, há dimensões sociais e subjetivas em que a figura do representante ou governante representa ou substitui o representado ou eleitorado (Young, 2006).

Entretanto, o diagnóstico sobre a crise da democracia, olhando para o distanciamento na relação governante e governado (Castelles, 2017; Aflalo, 2021) nos coloca diante do que a autora Debora Rezende de Almeida (2018) sugere como reflexão “necessários para o aprimoramento dos mecanismos de autorização e de controle a fim de tornar a representação mais legítima e representativa. Nesse sentido, a autora propõe pensar a representação para além dos registros tradicionais da teoria democracia- representantes ou governantes. Para ela a representação é uma atividade que envolve distintos atores e arena, dependendo da interação, e

[...] sua legitimidade não é resultado exclusivamente do consentimento ou controle eleitoral. Ela demanda uma perspectiva plural, de quem pode ser representante, em nome de quem ou de quem exerce a representação e como se constrói o relacionamento com o representado (Almeida, 2018. p. 240).

Em meio dessa discussão, em trama crítica democrática, Adrian Gurza Lavalle e Ernesto Isunza Vera (2012), dialogando Hanna Pitkin (1667), partem do reconhecimento de que há brechas no processo da representação, e que ainda não há alternativas viáveis. Para os autores

o que existe nos últimos anos são os deslocamentos polares de ambos processos: representação e de participação política. Cujo esse último constitui a perspectiva que tinha sido considerado como modelo alternativo à representação política. Mas, acabou perdendo essa força, dada ao processo de aprimoramento da democracia representativa pelas algumas formas de participação política- isto é - pluralização da representação política (Lavalle; Vera, 2012).

Os movimentos sociais são uma dentre várias formas de organização social dentro de uma sociedade. Olhando em volta ao mundo e histórias, os movimentos sociais sempre existiram. Segundo Helga Almeida (2021) se há sociedade, haverá movimentos sociais. Afinal, o que são os movimentos sociais? A definição do fenômeno pode ser compreendida de diferentes abordagens e perspectivas. Em “causas e movimentos políticos e sociais” Tamara Ilinsky Crantschaninov (2021) em diálogo com Alain Touraine (1977); Melucci (1994) e Castelles (1999) define os movimentos sociais, como, “[...] agrupamento de pessoas que partilham uma identidade e com um objetivo claro de transformação social, agindo de forma organizada” (Crantschaninov, 2021, p. 571).

Os movimentos sociais constituem um campo de estudo importante, tendo como resultado conjunto de teorias que tentam explicar sobre movimentos sociais e suas ações. De acordo Ângela Alonso (2009) os estudos sobre movimentos sociais diferem com os estudos sobre movimentos de ações coletivas. Para a autora, os movimentos operários, por exemplos, são movimentos de classe que se diferem dos movimentos com pauta voltadas para as causas diversas dos indivíduos, como: direitos civis, gênero, estilo de vida, etc. (Alonso, 2009). Helga Almeida (2021) sustenta a mesma ideia apontando que esses movimentos sociais contemplavam apenas a organização e ações dos trabalhadores em sindicatos. De notar que, ambos processos decorrem a partir da matriz de marxista de ação política contra as falhas na ordem institucional, mas com objetivos diferentes. A primeira, tem a pretensão revolucionária de assumir a autoridade de Estado, enquanto a segunda não tem esse interesse (Alonso, 2009; Almeida, 2021; Crantschaninov, 2021).

As teorias clássicas nos estudos sobre movimentos sociais são três: Teoria de Movimentos Recurso (TMR), Teorias dos processos políticos (TPP) teoria dos novos movimentos sociais (TNM) (Gohn, 1997; Alonso, 2009; Almeida, 2021). De acordo com Alonso (2009) A teoria de movimento recursos- TMR, baseando suas ações no resultado de cálculo racional de custos e benefícios. A teoria de processos políticos- TPP investe numa teoria da mobilização política enquanto a TNMS se alicerça numa teoria da mudança cultural (Alonso, 2009).

É importante destacar que ambas teorias surgiram para dar explicações sobre os

fenómenos de mobilizações centrados em dois contextos europeus e norte americano, para dar conta do que foi as mobilizações coletivas a partir das décadas de 60- 70 do século XX nesse contexto. Na atualidade, elas servem e são importantes não para determinar um tipo de olhar para práticas sociais, mas sim, ajudar na compreensão sobre ações dos movimentos em outros contextos, e de perceber sobre como as mobilizações contemporâneas agregam uma ou mais abordagens dessas teorias- coexistência entre “velhos, novos e novíssimos movimentos sociais” (Almeida, 2021 *apud* Perez; Souza, 2017; Crantschaninov, 2021). Concorde-se com o argumento de Ângela Alonso (2009) de que a virada do século (de XX para XXI) trouxe novos problemas da mobilização, os quais precisam ser analisados e explicados.

Entretanto, frente a essa necessidade de produção teórica, em “mudanças teóricas nos estudos sobre as ações coletivas e movimentos sociais” Breno Bringel (2012) traz uma indagação muito importante para o campo dos estudos dos movimentos sociais. Segundo o autor, “como construir interpretações teóricas sobre os movimentos atuais, sem negligenciar a importância dos *estudos* produzidos pelas teorias dos movimentos sociais há mais de cinquenta anos, mas ao tempo desvinculando-se do eurocentrismo e de modelos estático-estruturais? (Bringel, 2012, p. 57). O estudo se insere nesta perspectiva buscando juntos e de modo crítico com esses estudos produzidos a fim de aprofundar conhecimento sobre os movimentos sociais no contexto guineense.

3 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA NA GUINÉ-BISSAU

Constitui um fato histórico de que a experiência europeia- grega com a democracia, na antiguidade clássica, retomada e espalhada na modernidade, com o liberalismo, representa um feito importante partilhado para todos os cantos do planeta terra- a experiência de lidar com forma de lidar com diferentes necessidades, desejos e interesses existentes na sociedade. A democracia com forma de organização social e institucional, exógeno a contexto guineense, mas que foi adotado e que desde o período pós-independência (1973) até os dias atuais persiste a dificuldade da construção de uma estabilidade democrática que frequentemente atropelados pelas crises e golpes de estados (Djalo, 2022).

É importante lembrar que a democracia na sociedade guineense se desenvolve dentro de um contexto político global, marcada pelas conquistas importantes das lutas no âmbito de direitos. Embora os processos da sua construção derivam de realidades distintas, mas elas

forneem horizontes importantes, como a defesa da vida e da dignidade humana, que podem ser encontrados em outras formas de organizaço e de sociabilidades, muitas vezes relegadas ou ignoradas pela concepço ocidental da democracia. Mas tambem e importante frisar que mesmo com essas conquistas, ainda persistem formas de violaço es de direitos e condiço es de vidas dignas a grande maioria da populaço e em va rias partes do mundo.

A discussao sobre essa relaço e no processo da construço democratica na Guine-Bissau se faz necessaria, uma vez compreendida a relaço e de poder que se estabelece entre pessoas nas duas esferas da sociedade em relaço e ao/nos (in)sucessos da evoluço e da democracia guineense. Ela tambem e necessaria, na medida em ajuda compreender, de um lado, os processos de parceria "*nô djunta mon*"⁷ conforme explica sociologo guineense Ricardinho Dumas Teixeira (2016) por parte dos atores da esfera civil com o Estado, e revela de outro lado, expressao de lutas dos individuos marginalizados que identificam na esfera publica como espaco de luta, contra as mazelas e as contradico es geradas pelo mesmo Estado.

Trata-se de uma relaço e indissociavel e complexa, que inicialmente, de acordo com o sociologo guineense Ricardino Teixeira (2015)

[...] eram exercidas tanto no nivel administrativo quanto na prestaço e de servico es de abastecimentos e comercio para a satisfaço e das necessidades basicas das organizaço es de massa, dependentes do Partido-Estado que sustentava a legitimidade da fundaço e da naço e (Teixeira, 2015, p. 204).

Passando periodo do Partido- Estado, o contexto da "abertura democratica" essa relaço e ganhou contornos que Segundo Miguel de Barros (2014) a sociedade passa a ser "[...] formada por organizaço es sem fins lucrativos, de natureza privada, na o submetidas ao controle direto do Estado, com vista a realizar objetivos sociais ou publicos" (Barros, 2014. p. 37).

A autora Vera Alice Cardozo (2018) nos brinda com uma definiço e comum ao que Humberto Dantas discorre. De acordo com a autora, a democracia tem servido para denotar diferentes concepço es de organizaço e da politica e das relaço es sociais. Considerando o problema de estabelecimento de ordem perante a convivencia humana, fica evidente a necessidade de instituico e da ordem social, que remete a constituico e da autoridade politica nas relaço es entre os individuos na sociedade. Para a autora, a democracia aparece como uma concepço e de instituico e de autoridade politica em que os governados va o obedecer as normas decretadas pela autoridade politica, cujo poder e avaliado atraves da participaço e do governados (Cardozo, 2018).

⁷ Expressao na lingua o guineense, que significa: de maos dadas.

Nesse sentido, a democracia aparece como uma ideologia política, isto é, a defesa de um conjunto de procedimentos para a organizar a relação governante e governado que se contrapõe à outras formas de governos já experimentadas, que se baseiam nos modos de exercício de autoridade política que não incorpora a participação ativa e consciente do governado nos governos.

Analisando o tabela-1, verifica-se que diferentes pontuações de variáveis que ajudam a compreender a democracia no contexto guineense e sobre a relação Estado e sociedade civil no que se refere à participação política

Tabela 1 – Índice da Democracia na Guiné-Bissau

ÍNDICE DA DEMOCRACIA: Resultado das avaliações das democracias na Guiné-Bissau								
Classificação: Regime Autoritário/ Pontuação: [0- 2.63]								
CRITÉRIOS	Pontuações Anuais							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 ⁸
Liberdades Civis	2,06	2,35	2,35	2,35	2,35	2,35	2,35	2,35
Cultura Política	3,13	3,13	3,13	3,13	3,13	3,13	3,13	3,13
Participação Política	2,78	2,78	2,78	2,78	2,78	2,78	3,33	3,33
Funcionam. Governo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Eleição e Pluralismo	1,67	1,67	1,67	1,67	4,92	4,92	4,92	4,00

Fonte: The Economist Intelligence Unit⁹.

Segundo a classificação, o país se encontra no circuito de países autoritários. O autoritarismo, segundo Cardozo (2018) são formas de governos que restringem a participação do governado nos processos de deliberação política por meio de proibições e restrições expressas em leis impostas aos governados.

A tabela-1 evidencia que há um grande déficit de qualidade positiva nos processos democráticos na Guiné-Bissau. Nela, chama atenção sobre os pontos da variável o **funcionamento do governo** que sempre mantém nula – 00. O que evidencia um problema maior na democracia guineense: os governantes não governam para o povo, mas sim pelos seus interesses. O que acaba refletindo na variável *Liberdade civil*, fundamentalmente quando se trata emitir opinião pública em relação ao funcionamento do governo ou contra atores no governo ou Estado.

As *Eleição e Pluralismo* (4,9) e *Cultura Política* (3,13) representam variáveis com pontuação mais elevada, dado que num primeiro momento as eleições não só caracterizam

⁸ Última edição do relatório. Link de Acesso: <http://bit.ly/3xt8fuM>

⁹ Conjuntos de relatórios que são publicados anualmente. Link: [Índice de Democracia 2022 | Unidade de Inteligência do Economista \(eiu.com\)](https://www.eiu.com)

períodos institucional aberto a participação do povo, ela teve esses pontos dado que caracteriza forma e via legítima crucial para que um indivíduo consiga chegar ao poder do Estado e depois se inserir nos modos como operam os governantes no Estado guineense. O segundo elemento que chama atenção é a variável *cultura política*, relacionando-as com a variável *participação política e* que mantém sem variações no entre o período 2015- 2020, a primeira com (3,13) e a segunda com 2,78 pontos. Este elemento levanta muitos questionamentos em relação ao contexto da crise política institucional e emergência de ações coletivas que caracterizam a IX-legislatura, isto é, crise de um lado e as reações dos movimentos sociais. Mas mesmo assim as pontuações mantiveram as mesmas sem variações.

Na análise sobre a participação política, a discussão pode ser compreendida em dois pontos principais. Participação política institucional e aquelas extrainstitucionais. Quando se fala da problemática da participação política se refere somente aos tipos de participação política democrática e exercício da cidadania institucionais (voto, associativismo, ONGs, etc.), aquelas aceitáveis pelos atores no Estado. Mas também da participação política de formas de organização de alguns setores da esfera civil, por exemplo, os movimentos sociais críticos ou não, que atravessam dificuldades para exercício da cidadania. A discussão nesse sentido, se restringe a uma análise profunda sobre a criação de condições para a democratização. Isto é, condições para o exercício da cidadania com base nos princípios e valores que protege e respeito os indivíduos na sociedade- democracia.

Para compreensão do como é a participação política a partir da relação Estado e sociedade civil, analisaremos os dois gráficos a seguir:

Gráfico 1 – Índice de Instituições de participação política



Fonte: Our World in Data.

Gráfico 2 – Índice de Participação da Sociedade civil

Fonte: Our world in Data¹⁰

Importante observar que nas duas tabelas (1 e 2) percebe-se a estreita relação de proporcionalidade entre as possibilidades de participação asseguradas pelas instituições e com a participação civil. O movimento do gráfico-1 é diferente em relação ao gráfico-2. No gráfico-1 apresenta resultados crescentes, embora com algumas quedas, e suas pontuações variam entre 0,0 a 0,25 pontos. Já no segundo, o gráfico apresenta o mesmo movimento crescente, mas com pontuação de variação mais alta em relação ao primeiro, com pontuação variando de 0,0 a 0,8 pontos.

O que se pode perceber é que a participação política no contexto da guineense, num primeiro momento, carece de estrutura, oportunidade e possibilidades de pessoas participarem de forma livre e autônoma, e noutros elas são restritos, no caso da insistência e resistência, a repressão e violência constituem fatos mais expressivos que acompanham essa tentativa de participação na sociedade guineense.

Esses entre outros elementos que os gráficos, nos instiga refletir sobre o processo da construção da democracia e processos, processos da participação política da sociedade civil na Guiné-Bissau, ao qual o movimento social está inserido. De acordo com Barros (2012) a luta por uma Sociedade civil autônoma e emancipada frente ao fenômeno da exclusão políticos, de desgovernos, da opressão desmontes de políticas públicas e da violência, o espaço público- as ruas são apropriadas para a criação de ambiente de aprendizagem para o exercício da cidadania contribuindo significativamente no desenvolvimento do espírito de participação na política e no aprofundamento da democracia (Barros, 2012).

¹⁰ Link: [Democracia - Nosso Mundo em Dados \(ourworldindata.org\)](https://ourworldindata.org)

4 MCCI E SEU PROJETO POLÍTICO SOCIAL

O Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados, designadamente pela sigla: MCCI. Fundada em Janeiro de 2016, conforme o Estatuto do MCCI (2019), a organização foi teve como fundadores de grupo de jovens¹¹, que se autodenominam inconformados com a situação da crise política institucional que vem acompanhando o processo da construção da democracia no país (Semedo, 2020; Cumba, 2022). Com sede central em Bissau, o movimento é administrado por um corpo diretivo e conta com adesão massiva de membros mobilizados sem distinção da faixa etária, género, partido, etc.

Como o próprio nome indica é movimento da sociedade civil guineense, que se enquadra na definição proposta pela autora Maria da Glória Gohn (1997), de que os “movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil” (Gohn, 1997, p. 251). O MCCI pode ser classificado como um movimento reivindicatório focado no impasse político vigente no país, com uma proposta a par da opinião pública nacional e internacional, apelando para uma estabilidade política institucional no país

O projeto político do MCCI pode ser compreendido em dois principais aspetos: pelo seu Estatuto e pelas suas ações na prática. Sob a bandeira principal é a “*luta pela Legalidade, Estabilidade e afirmação do Estado de Direito Democrático*”, o movimento, tem como, objetivo “[...] contribuir para o despertar da consciência dos cidadãos, a respeito da legalidade democrática, boa governação de acordo com a realidade económica social, política e cultural do país (Estatuto..., 2019. p. 3)”. Nesse ponto, estabelece-se um aspecto fundamental a reinvenção democrática para estabelecimento de uma cidadania crítica e ativo frente ao modelo de cidadania de consumo ou de mercado, resignado, conforme defende Licínio C. Lima (2005).

Aqui, apropria-se do conceito de projetos políticos na perspectiva da autora Evelina Dagnino (2005) considerando a sua relevância do conceito, para analisar o contexto guineense sem esquecer das especificidades e limitações. Segundo a autora, o conceito de projeto político é uma condição necessária para construção da convivência coletiva para qualquer sociedade. Trata-se de conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações de que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos (Dagnino, 2005; Dagnino; Oliveira; Pantifichi, 2006).

¹¹ Dentre os que participaram dessa reunião, é possível destacar alguns nomes que mais influentes: Sana Cante (Presidente) Lesmes Monteiro (Porta-voz); Sumaila (Porta-voz); Bernardo Catchura, etc.

Entretanto, para compreender sobre o conceito do projeto político é necessário formular e discorrer sobre o seguinte questionamento: em que medida se pode falar do projeto político e da disputa do eles no Guiné-Bissau? A apropriação do conceito de projeto político, da autora Evelina Dagnino (2005; 2006) é fundamental para analisar e compreender os processos de organizações sociais que atravessam os processos de construção democrática no contexto guineense.

Os projetos políticos que atravessam a história da construção moderna na sociedade guineense são diversos e podem ser caracterizados de maneira sintética, segundo o grau de suas expressividades. Além dos três apontados por autores (Dagnino; Oliveira; Pantifichi, 2006)-projeto político autoritário, neoliberal, democrático participativo-, outros como o “projeto político colonial”, “projeto político socialista” e organização de grupos sociais/étnicos ocupantes de territórios que de forma cronológica podem ser consideradas a forma de sociabilidade e de relação social na sociedade guineense antes dos outros. Importante sublinhar que a existência desses projetos, não excluem os processos de sociabilidade cultural da grande maioria dos diferentes grupos sociais e étnicos, que formam a nação guineense.

De acordo com Braima Seide (2020), influência do modelo socialista, ficou evidente no regime de partido-Estado- PAIGC, teve como modelo econômico baseado na produção agrícola, que propunha o desenvolvimento das agriculturas locais, principalmente nas zonas rurais (Seide, 2020). A partir de análise de Manuel Jauará (2018), compreende-se um outro projeto político em disputa, que se assentava nas discussões entre os etno-rurais e luso-guineense na administração do país, que acaba tendo como resultado no Golpe de 1980-Movimento Reajustador (Jauará, 2018).

Passadas quase duas décadas, das décadas 70 e 90 do século XX- (1973-1994) mergulhado numa crise interna Partido-Estado e na sociedade, e da grave crise externa dos países parceiros do bloco socialista, resultante da Guerra Fria, as formas de organização institucional foram forçadas a abandonar o modelo socialista para o modelo de economia liberal. Aqui a explicitação do projeto político neoliberal e projeto político democrático participativo tornou mais evidente que pode ser compreendida nos vários estudos sobre a democratização no contexto guineense (Barros, 2012; Teixeira, 2016; Jauara, 2018, Djaló, 2020; Semedo, 2020; Costa, 2022).

Entretanto, a disputa entre projetos políticos contemporâneos é marcada por diferentes atores sociais, das quais os movimentos sociais se agregam na direção ao contrário, conforme explicitado. A análise sobre ação do MCCI nessa perspectiva é de extrema importância na medida que nos desloca discussão do campo de associar as ações coletivas do movimento numa

direção como sendo de interesses partidários ou específicos, embora ela conta com apoio de alguns membros de partidos políticos. O que não afasta a possibilidade de ter alguns membros de MCCI de se relacionarem com militantes do partido, ou deles serem militantes de qualquer formação política.

5 PAPEL DO MCCI NO FORTALECIMENTO DE PROJETO POLÍTICO DEMOCRATIZANTE-PARTICIPATIVO NO CONTEXTO GUINEENSE

A democracia corre “sérios riscos e perigos” em várias partes do mundo. Os riscos e perigos não ocorrem somente com as velhas formas de obstrução da ordem democrática-intervenção militar, mas também dirigentes ou governantes com comportamentos e atitudes autoritárias chegam ao poder do Estado e matam a democracia por dentro- das instituições (Levitsky; Ziblatt, 2018). E, não resta dúvida, sobre o que está ameaçando ela, deriva a partir de comportamentos sórdidos dos atores na sociedade, isto é, insuficiência do processo da representação política (Crantschaninov, 2021) Essa compreensão, dialoga com a perspectiva defendida por Rúrion Melo (2020) e a constatação apontada por Rui G. Semedo, de que a crise da democracia está centrada nos indivíduos e, portanto, justifica ações em reações aos fenômenos políticos institucionais.

A crise política institucional e a atuação de movimentos sociais na Guiné-Bissau, constituem períodos que marcam o recorte temporal deste estudo. O recorte nos leva analisar e compreender o papel do contexto na influência da participação política dos atores da esfera civil na dinâmica política institucional guineense. De acordo com Semedo (2020) este fenômeno, de acompanhamento das dinâmicas políticas pelas organizações da esfera civil começou a ganhar expressividade a partir da abertura democrática dos anos 1990. Semedo (2020) destaca quatro (4) momentos que podem ser considerados como “embrião” de ativismo de protestos na Guiné-Bissau: o primeiro em respostas à conflito político militar de 7 de Junho de 1998; o segundo em, em expostas ao ato militar de 1 de Abril de 2010; o terceiro, em resposta a 12 de Abril de 2012; e o último, o contexto da crise política da IX legislatura (Agosto 2015), que resultou em ações coletivas e protestos generalizados, por diferentes organizações da esfera civil, das quais o MCCI emerge.

O movimento é conhecido por suas ações de mobilização e de ciclos de protestos que acompanhou toda a legislatura (2016 a 2019), conforme pode ser constatado na figura-1, que apresenta uma das "ações de protestos do movimento"¹² na via pública da capital guineense.

Figura 1 – Ação de MCCI



Fonte: Página de MCCI

Olhando para grandes números de participantes nas ações protagonizadas pelos MCCI, a pergunta que não quer calar, é: como que esse movimento conseguiu esse feito numa sociedade como a da Guiné-Bissau, marcada pela problemática de participação política? As ações coletivas do MCCI podem ser entendidas, conforme defende Herculis Pereira Tolêdo (2020), “como forma de resistência e posicionamento político conforme defende. Os trabalhos, Rui Jorge Semedo (2020) e Lula Mário Cumba (2022) é possível compreender três dimensões da ação coletiva do MCCI frente às situações que constituem ameaça à democracia no país. A primeira delas é a conscientização presencial à diferentes formas de associações formalizados ou não (Semedo, 2020) e conscientização remota, o uso de meios de comunicação tradicional (rádios e tv) e digital (redes sociais) (Cumba, 2022). De acordo com Semedo (2020),

como estratégia de mobilização, o MCCI procurou influenciar bancadas juvenis dispersas pelos bairros de Bissau e pelo interior do país, assumindo-se como um movimento de intervenção com o objetivo de resgatar os valores da cidadania e de negação da condição sub-humana a que a sociedade guineense foi submetida ao longo

¹² Importante deixar claro de que existe varias imagens de outros ações do movimento. Para mais imagens segue o link: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100063620910513>

de sua história recente. Como forma de expressar tal sentimento (Semedo, 2020, p. 27).

O uso dos meios de comunicação foi fundamental no processo de mobilização política para o movimento. Em destaque, as redes sociais nos ajudam a compreender sobre a atuação do MCCI na Guiné-Bissau. Os dados do levantados por Lula Mário Cumba (2022) são de extrema importância para ilustrar sobre o que foi a atuação do MCCI. De acordo com esses dados são no total de 84 ações dos movimentos durante 2016 a 2019, conforme a quadro-1 abaixo:

Quadro 1 – Registros de ações do MCCI

AÇÕES DO MOVIMENTO	ANOS				
	2016	2017	2018	2019	Total
Declarações	4	5	6	16	31
Manifestações e Protestos	4	3	6	11	24
Debates	4	0	3	4	11
Apelos	2	2	2	0	6
Denúncias	0	1	3	2	6
Outros	0	0	2	4	6
Total	16	12	22	34	84

Fonte: Cumba (2022).

Observa-se que, nesse conjunto de dados, as *declarações*, apareceram no primeiro devido ao seu número quantitativo superior em relação à outros ações. Isso revela o acompanhamento dos processos políticos institucionais que o movimento tem feito e respondendo a elas ao longo desse período. Na sequência as *Manifestações e Protestos*, na segunda, revelam por sua vez o grau de insatisfação. A terceira são ações de encontro e promoção de *debates* reflexivo sobre a situação política e quais formas de intervenção. As intervenções podem ser diversas dependendo do contexto que eles acharem propícios para justificar suas ações. Os *apelos, denúncias e outros* entram na lista dos dados do movimento com ações inferiores às quatro mencionadas.

Um ponto chama atenção na análise desse quadro, as ações do MCCI não se limitam só à características que comumente dão aos movimentos sociais, de modo geral- manifestações e protestos espontâneos. Essa perspectiva dialoga com a compreensão de Cumba (2022). No MCCI há toda uma organização e processos por detrás de uma manifestação. Partindo da constatação de José Bernardo A. Toro e Nísia Maria Duarte Werneck (2004), a manifestação se diferencia da mobilização. Para os autores, a manifestação caracteriza esse processo

espontâneo enquanto a mobilização constitui um processo de convocação de vontades na busca de um objetivo comum (Toro; Werneck, 2004).

O segundo aspecto da estratégia da mobilização política usada pelo MCCI, são os discursos por meio da linguagem direta e comuns do cotidiano guineense- em o *criolo*- no curso das suas ações de conscientização. A racionalização por detrás desses discursos é bem interessante na medida em que resume aquilo que é o tratamento dos governantes em relação aos governados. Um dos mais destacados é a palavra lixo. De acordo com a entrevista apurada por Semedo (2020),

o lixo é uma substância que o próprio homem produz, mas que, no entanto, não gosta de coabitar com ele e deita-o fora porque “não serve para mais nada”. Estamos a utilizar esse slogan mais para mostrar que a classe política utiliza o povo como nós utilizamos objetos e produtos até transformá-los em lixo. Porque quando chegam ao poder já não querem saber mais do povo e passam a resolver suas agendas e não a do povo. E o povo precisa mostrar que não pode ser tratado como lixo porque não é um objeto descartável. (Semedo, 2020; BC, entrevista, 4 de dezembro de 2018).

Já a terceira, constituem as ações de protestos, em que os dois aspectos se fazem presentes nos panfletos e bandeiras. De acordo com Marcus Abílio Pereira (2012), o protesto é um recurso político que permite a explicitação de um conflito que talvez estivesse encoberto por diferentes mecanismos. Em “protestos- uma introdução aos movimentos sociais”, James Jasper (2016) inicia a obra indagando o seguinte: porque os manifestantes assumem e empreendem projetos caros e arriscados nas suas pautas? Na parte final da obra, ele responde à pergunta formulada por ele mesmo. Segundo o autor, os manifestantes são exatamente como eu e você. Qualquer um de nós poderia acabar nas ruas, pois todos temos alguma coisa que prezamos tanto que ameaça a ela poderia nos indignar (Jasper, 2016, p. 220).

A crise da democracia tem relação com diagnóstico sobre a disputa entre projetos política democrática- participativo e projeto político neoliberal, apontado pela Evelina Dagnino (2005; 2006). Elas refletem no comportamento e ações dos indivíduos na sociedade, que coloca frente a frente os atores do Estado com projeto neoliberal- Estado como forma política do capital (Mascaro, 2012), e de outro a Sociedade civil, defendendo outro polo- democratizante e participativa (Dagnino, 2005).

Diante destes cenários, Evelina Dagnino (2015) chama atenção sobre a confluência perversa entre significados e referências comuns na disputa de projetos políticos dentro de processos da construção democrática. Segundo a autora, as referências e significados comuns- sociedade civil, participação política e cidadania- representam o ponto central nessas disputas entre os projetos e que acabam confundindo os atores sociais (Dagnino, 2015). Estes entre

outros, constituem formas que “confluem perversamente” nas sociedades contemporâneas, em que obscurecem o desprezo das preocupações e dos problemas que afligem a coletividade-atacam processos de preservação e criação de direitos-, em detrimento dos interesses particulares dos governantes (seja ela pessoal, familiar, partidários, etc.)- criação de privilégios.

De acordo com Toro e Werneck (2004) o que dá sentido ao processo de mobilização política, como processo de convocação de vontades, são os horizontes éticos, isto é, direção das suas leis e regras. Conforme essa perspectiva, é possível estabelecer uma análise entre o horizonte ético da constituição da República da Guiné e do próprio estatuto do MCCI. O projeto político do MCCI documentada no Estatuto do Movimento de modo geral não contradiz em nada com os princípios e valores democráticos e das regras e leis constitucionais do país. Elas são complementares, principalmente nos artigos no 3¹³ da constituição (CRGB, 1996¹⁴), no ponto 1 do artigo 7 do Estatuto do MCCI.

As ações práticas do MCCI no cenário político guineense, podem ser compreendidas em dimensões. O primeiro é a questão do exercício de atividade política como atividade humana legítima. De acordo com André Coelho (2017) citando Francis Wolff (2003), todos os povos vivem politicamente; a partir do momento em que existiu a humanidade em alguma parte da terra, houve política. Nesse sentido, para o autor, para a compreensão da política não basta ela definida relacionada ao poder do estado, Bobbio; Weberiana. Para o autor, a totalidade da política impõe que ela seja compreendida não só na direção do poder, mas também interesses ligados ao público e não privada (Coelho, 2017). Nessa direção, em, “Estado e Democracia: uma introdução ao estudo da política” de André Singuer, Cícero Araújo e Leandro Benellii (2021) os autores sintetizam a primeira concepção da política, *como luta pela direção do Estado*, perspectiva Weberiana; e a segundo, *como prática coletiva da liberdade*, perspectiva de Hannah Arendt. A terceira, recupera a discussão sobre os movimentos sociais na sua dimensão educativa. De acordo com a autora Maria da Glória Gohn em algumas das suas reflexões produzidas- “*movimentos sociais contemporâneo*” (2011); *Movimentos Sociais e educação* (2012) e *A educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos* (2014)- enfatiza muito sobre a questão da educação para cidadania nos processos participativos. Para a autora, há um caráter educativo no interior dos movimentos sociais (Gohn, 2011; 2014).

¹³ A República da Guiné-Bissau é um Estado de democracia constitucionalmente instituída, fundado na unidade nacional e na efetiva participação popular no desempenho, controlo e direção das atividades públicas, e orientada para a construção de uma sociedade livre e justa

¹⁴ Link de Acesso ao arquivo: <https://www.parlamento.gw/leis/constituicao/constituicaoquine.pdf/view>

De acordo com a autora, a educação e os movimentos sociais têm um elemento em comum: construção da cidadania, que opera em três dimensões: organização política; cultura política e espacial e temporal. Na tomada de consciência sobre a política em jogo (“aspecto político”), a sua reprodução na experiência social (“dimensão cultural”) e na apropriação de espaços públicos (“dimensão espaço-tempo”) para o desenvolvimento sobre o uso da coisa pública (Gohn, 2012).

No plano da construção da cidadania e exercício da cidadania plena, parte-se da premissa de que a existência da perspectiva da educação não formal na perspectiva crítica democrática participativa na vida dos indivíduos e no comportamento dos indivíduos na sociedade, pressupõe existência de um modelo idêntico trabalhando na direção contrária- educação “não formal neoliberal”. Anna Maria Manzini-Cequier (2010) defende a cidadania como uma categoria estratégica para uma sociedade melhor (Manzini-Cequier, 2010). Partindo dessa direção, é importante distanciar do modelo de cidadania que aparece ambígua na sociedade contemporânea.

Em “uma crítica à concepção liberal da cidadania” Décio Azevedo Marques de Saes (2003) se distancia dos concepção dos autores como, Seymour Lipset e Schumpeter, defensores da participação política restrita ou fechada; e se aproxima e dialoga com os autores como C.B. Macpherson, Poul Hirst e Carole Pateman, defensores da participação política ampliada. Segundo o autor, os defensores da participação fechada, tendo como principais, não vêm a apatia política e o conformismo político como defeito a democracia, para esses a o bom funcionamento da democracia é necessário participação de poucos. Enquanto noutra direção, autores como, defendem a questão da democracia liberal em democracia participativa (De Saes, 2003). A partir desta perspectiva, destaca a importância do processo de treinamento e aprendizagem nos processos participativos.

Licínio C. Lima (2005), em “cidadania e democracia: adaptação ao mercado competitivo ou participação na democratização da democracia”, autor em diálogo com o pensamento de Paulo Freire, reflete sobre os resultados que as adaptações que os processos de ensino e aprendizagem contemporâneos. Autor nesse sentido, defende uma educação que leve os indivíduos ao exercício ativo e críticos da sua realidade e não ao contrário (Lima, 2005).

É importante salientar que na Guiné-Bissau os grupos cívicos da esfera civil, atuam num espaço público em que a pretensão dos governantes, requerem o seu fechamento, fruto de um projeto antidemocrático. Isto constitui um fenômeno desde o período após a independência até os dias atuais (Barros, 2012; Teixeira, 2016; Semedo; Cumba, 2022). As ondas de violências contra ativistas e protestos confirmam essa hipótese.

Seguindo a direção desta última, a segunda dimensão reflete sobre a atuação dos movimentos sociais no espaço público, são de extrema importância para a democracia. De acordo com Walter Reese-Schafer (2017), em Habermas, a esfera pública aparece como instância mediadora entre Estado e a esfera privada. Ela é política em sua função, mas privada em sua composição, pois consiste nas pessoas privadas reunidas num público (Reese-Schafer, 2017, p. 36). O conceito de espaço público, nessa perspectiva habermasiana- “espaço entre esfera privada e estado” (Reese-Schafer, 2017) é importante para compreender não só conjuntos de ações protagonizadas pelos atores da esfera civil, mas também para compreender os processos da democracia.

De acordo com Ilona Szabo (2020), a luta contra a erosão da democracia depende não do fechamento do espaço cívico, mas sim pela sua abertura plena (Szabó, 2020). A autora, ao responder a pergunta de “como matar lentamente a democracia”, não hesita em apontar que estratégias violentas usadas para fechamento de espaços públicos são cruciais para matar a democracia em qualquer parte do mundo. Conforme autora, os fechamentos do espaço acontecem de modo diversos com ações dos em que grupos que atuam nesse espaço e que acaba sofrendo cotidianamente com opressão e injustiça política, medo, ameaças, violências, até em último instante assassinato, assim por diante: “em alguns casos grupos são afetados por medidas legais destinadas a restringir, interromper ou eliminar a ação cívica. Em outros, sofrem obstruções extraleais ou legais entre as quais se incluem coerção, censura, intimidação e até violências físicas” (Szabó, 2020, p. 20).

O MCCI emerge diante dessas dificuldades num contexto de um espaço público “fechado” e que cuja luta para sua abertura constitui um desafio para os atores sociais na sociedade guineense. Embora o movimento conseguiu grande êxito na forte mobilização para ações coletivas no espaço público, por mecanismo de conscientização adotado pelo movimento como repertório de mobilização e ação política, ainda persistem enormes obstáculos para ações coletivas no espaço público, o que coloca assim em risco a democracia na Guiné-Bissau.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que os indivíduos são seres que comportam seus valores subjetivos-interesses, carências e desejos- e à medida que esses valores são postos em causa, elas sempre arrumam jeito de fazer valer. A preocupação aqui se centra na forma como os políticos usam a democracia para se servirem e resolverem seus valores subjetivos e dos seus próximos,

relegando assim a de grande maioria.

O que é que caracteriza emergência de ações coletivas dos movimentos sociais? Pode se considerar que não haverá mais ações coletivas dos movimentos sociais na Guiné-Bissau? Objetivamente a resposta para essa pergunta será negativa. Isso porque as ações coletivas vão depender da qualidade de ações dos dirigentes no Estado. Enquanto prevalecer a política de ingovernabilidade, a tendência para o crescimento da indignação e inconformados será sempre maior. E quanto maior for essas situações a tendência para que pessoas saírem nas ruas fica mais evidente.

As ações coletivas dos movimentos sociais durante o contexto da crise política institucional da IX legislatura, explícita não só incômodos e insatisfação com ações e comportamentos dos atores nas instituições. Elas em grande medida explicitam a disputa entre os projetos políticos decorrentes na sociedade guineense. De um lado projeto político de interesses particulares- “a neoliberal versão guineense” - e de outros projetos políticos democratizantes e participativos que correspondem ao anseio da grande maioria da população que almejam o bem-estar coletivo.

Entretanto, as ações coletivas dos MCCI podem ser compreendidas legitimamente como projeto democráticas, ao buscar defender conjuntos de direitos fundamentais dos indivíduos e a defesa da democracia. Nessa direção elas constituem práticas que além de enfrentar e revelar as injustiças sociais no momento, elas servirão de exemplos a ser cultivado para futuras ações- educação não formal.

Diante desse contexto da insuficiência do processo representativo, a descentralização política e criação de condições, que não se resumem somente nas eleições, contribuem para a aproximação da relação governante e governado e de comunicação entre eles. O grande desafio na atualidade é traduzir a democracia como sendo forma para mediação e resolução de conflitos, isto é, forma objetiva de resolver problemas subjetivos. E isso, passa necessariamente de agregar não só os interesses canalizados pelos partidos políticos, mas sim aquelas que são explicitadas pelo povo de modo geral, só assim, os indivíduos terão cumprido com sua promessa com a democracia: governo do povo, com o povo e para o povo. E que o caminho para aprimoramento do sistema político passa necessariamente pela mobilização e engajamento por meio de uma cidadania democrática para fazer frente aos fenômenos antidemocráticos em curso na sociedade guineense.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Helga. **Educação como Causa e Movimentos Sociais**. In: DANTAS, Humberto; LUZ, Joyce. *Ciência política e políticas de educação: conceitos e referências*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2021.
- ALMEIDA, Debora Rezende de. **O conceito de representação política e suas variações contemporâneas**. Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 7-38, 2018.
- BRINGEL, Breno. **Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais**. *Sociologia & antropologia*, v. 2, p. 43-67, 2012.
- BUSSOTTI, Luca; MUTZENBERG, Remo. **Movimentos sociais, Estado e Sociedade Civil em África**. Considerações introdutórias. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 31, p. 7-14, 2016.
- CARDOSO, V. A. **A invenção e as reinvenções da democracia**. In: MENDONÇA, R. F.; CUNHA, E. S. M. *Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.
- CERQUIER-MANZINI, Maria Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- COELHO, André. **A política e seus vários significados: algumas notas introdutórias**. In: BATISTA, C. & MUÑOZ, E, E, (Orgs.). *Teoria e Prática da Política*. Curitiba: Appris, 2017.
- COSTA, Vavito André da. **Democracia e governabilidade na Guiné-Bissau: um estudo sobre a instabilidade política (2014-2019)**. 2023.
- CUMBA, Lula Mário. **Mobilização dos movimentos sociais na Guiné-Bissau: a atuação do Movimento dos Cidadãos Conscientes e Inconformados (MCCI) entre as ruas e o Facebook (2016-2019)**. 2022.
- CRANTSCHANINOV, Tamara Ilinski. **Causas e Movimentos Políticos e Sociais**. In: DANTAS, Humberto; LUZ, Joyce. *Ciência política e políticas de educação: conceitos e referências*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2021.
- DAGNINO, Evelina; OLIVEIRA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo, organizadores. **A disputa pela construção da democracia na América Latina**. UNICAMP ; São Paulo, SP : Paz e Terra, [2006]
- DANTAS, Humberto; LUZ, Joyce. *Ciência política e políticas de educação: conceitos e referências*. **Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung**, 2021.
- DE BARROS, Miguel. **A Sociedade Civil face ao processo de democratização eo desenvolvimento na Guiné-Bissau**. IN WEST AFRICA, p. 89, 2015.
- DE BARROS, Miguel. **Participação Política Juvenil em Contextos de “Suspensão” Democrática: a música rap na Guiné-Bissau**. *Revista TOMO*, n. 21, p. 169-200, 2012.

DJALÓ, Mamadú. **Processo de democratização da Guiné-Bissau (1991-2019)**. 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos**. Investigar em educação, v. 2, n. 1, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e Educação**. SP-Editora Cortez- 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista brasileira de Educação, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. Edições Loyola, 1997.

GORCZEWSKI, Clovis; BELLOSO MARTÍN, Nuria. **Cidadania, democracia e participação política: os desafios do século XXI**. 2018.

GUSSI, Evandro Herrera Bertone. **A representação política**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

JASPER, James M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2016.

LAVALLE, Adrian Gurza; VERA, Ernesto Isunza. **A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 95-139, 2011.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

LIMA, Licínio C. **Cidadania e educação: adaptação ao mercado competitivo ou participação na democratização da democracia?** 2005.

MCCI. **Estatuto**. Guiné-Bissau, 2019,

MELO, Rúrion. **Democracia como forma de vida: Cultura política e eticidade democrática em Axel Honneth**. Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade, v. 25, n. 3, p. 75-94, 2020.

PEREIRA, Marcus Abilio. **Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária**. Opinião Pública, v. 18, p. 68-87, 2012.

REESE-SCHAFFER, Walter. **Compreender Habermas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017

SEIDE, Seco Braima. **Do socialismo à democracia na Guiné-Bissau (1973-1999)**. 2019.

SEMEDO, Rui Jorge. **Ativismo Político-social e Crise Institucional na Guiné-Bissau: Caso do MCCI, Bassora di Povu, O Cidadão e Voz do Cidadão do Mundo**. Cadernos de Estudos Africanos, n. 40, p. 13-36, 2020.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas, « **Estado e Sociedade Civil em Cabo Verde e Guiné-Bissau: Djuntamon para novas relações**», Cadernos de Estudos Africanos [Online], 31 | 2016, posto online no dia 29 setembro 2016.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Transição democrática e modelos de democracia.** Tensões Mundiais, v. 11, n. 21, p. 199-223, 2015.

TORO, José Bernardo A. e WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização social: um modo construir a democracia e a participação.** Belo Horizonte; Autêntica, 2004.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações.** Editora Cultrix, 2011.